

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Melhora na confiança faz setor imobiliário aposta em inflexão

Veículo: DCI

Data: 05.12.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Serviços

Página: Online

Link: <https://www.dci.com.br/servicos/melhora-na-confianca-faz-setor-imobiliario-apostar-em-inflex-o-1.763355>

CENÁRIO



Melhora na confiança faz setor imobiliário apostar em inflexão

PAULA CRISTINA E REUTERS - SÃO PAULO

Publicado em 05/12/18 às 05:00

Após enfrentar um longo ciclo de recessão, o mercado imobiliário começou a reagir. Para o presidente da Federação Internacional Imobiliária (Fiabci-Brasil), Rodrigo Luna, apesar do desafio, é dado momento do ponto de inflexão que inverte essa tendência.

"Foram anos muito difíceis, em que o principal insumo para o nosso setor, que é a confiança, só foi ladeira abaixo. É um momento importante, um momento de inflexão", disse Luna durante evento no Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP).

O vice-presidente de Relações Institucionais do Secovi-SP, Basilio Chedid Jafet, também tem uma perspectiva positiva: "Sentimos onda de otimismo varrendo o setor produtivo, com empresários falando em novos investimentos e as vendas no setor imobiliário recomeçando", disse.

De acordo com Jafet, o Secovi-SP espera encerrar o segundo semestre com resultados melhores no mercado imobiliário, após um primeiro semestre afetado pela greve dos caminhoneiros.

Ao lado de Doria

Outro fator que alimenta o otimismo, segundo ele, é a nomeação do presidente do sindicato, Flavio Amary, como secretário da Habitação do Estado de São Paulo pelo governador eleito João Doria. "Isso nos coloca mais próximos da nova gestão", destacou.

Jafet substituirá Amary na presidência do Secovi-SP, com mandato até o fim de 2019. Anteriormente, ele presidiu a Fiabci-Brasil entre 2011 e 2015.

O futuro secretário da Habitação disse que focará esforços na redução do déficit habitacional. "Pretendo executar algumas propostas, como o cheque moradia, diminuição das favelas, processo de regularização fundiária, programa de locação social", disse lembrando que ações para desburocratizar os processos para liberação de obras e moradias populares por meio de Parceria Público-Privada estão no radar.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: BC alerta que manutenção da Selic e inflação dependem de reformas

Veículo: Agência Brasil

Data: 05.12.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/bc-alerta-que-manutencao-da-selic-e-inflacao-baixa-depende-de-reformas>

Economia

BC alerta que manutenção da Selic e inflação dependem de reformas

Publicado em 05/12/2018 - 10:57 Por Kelly Oliveira - Repórter da Agência Brasil Brasília

A inflação baixa e os juros básicos, taxa Selic, no menor nível histórico, relevantes para o crescimento da economia, só vão se manter no médio e longo prazo se forem aprovadas reformas como a da Previdência. O alerta é do presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, na manhã de hoje (5).

"De março para cá, houve uma resiliência das nossas instituições, das nossas expectativas, de forma que foi possível manter a taxa de juros em 6,5% ao ano, apesar da volatilidade e o ambiente mais desafiador para as economias emergentes [como o Brasil]", disse.

"Esses resultados, ligados à inflação baixa, juros na mínima histórica, relevantes para o crescimento, só vão poder se manter no médio e longo prazo desde que a gente se mantenha no processo de aprovação de reformas, notadamente as de natureza fiscal e ajustes na economia brasileira", disse.

Edição: Fernando Fraga

Tags: ILAN GOLDFAJN, SELIC, JUROS, INFLAÇÃO, SENADO, REFORMA DA PREVIDÊNCIA, BANCO CENTRAL

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Câmara analisa lei que define prioridades em leilões do MCMV

Veículo: AECweb

Data: 03.12.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Noticias

Página: Online

Link: https://www.aecweb.com.br/cont/n/camara-analisa-lei-que-define-prioridades-em-leiloes-do-mcmv_18195

Câmara analisa lei que define prioridades em leilões do MCMV

Texto: Yuri Soares

Proposta abrange imóveis da faixa 1 retomados através de rescisão contratual, ocupação irregular, desvio de finalidade ou inadimplência



Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida beneficia famílias com renda mensal de até R\$ 1.800 (Créditos: divulgação/ Governo do Estado do Piauí)

03/12/2018 | 12:20 - A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou o **Projeto de Lei 8597/17**, que dá prioridade para pessoas que atendem às exigências do Programa **Minha Casa Minha Vida** (MCMV) no leilão de imóveis da faixa 1 retomados através de rescisão contratual, ocupação irregular, desvio de finalidade ou inadimplência. A faixa 1 do MCMV beneficia famílias com renda mensal de até R\$ 1.800.

O texto aprovado é um substitutivo, apresentado pelo deputado Angelim (PT-AC) após ouvir técnicos da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Cidades. De autoria do deputado Renato Molling (PP-RS), o projeto original restringia a participação em leilões de imóveis do Minha Casa Minha Vida aos beneficiários habilitados a participar do programa.

“Desse modo, a redação garante a intenção inicial do autor do projeto e fica mais adequada aos imperativos técnicos e operacionais dos responsáveis pela execução do programa”, afirmou Angelim.

A proposta aprovada altera a Lei 9.514/97, que trata do Sistema de Financiamento Imobiliário. O texto agora segue para análise, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Crescimento mais acelerado em 2019 da reforma da Previdência, diz economista-chefe do Itaú

Veículo: G1

Data: 05.12.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/05/crescimento-mais-acelerado-em-2019-depender-da-reforma-da-previdencia-diz-economista-chefe-do-itaug.html>

Crescimento mais acelerado em 2019 depende da reforma da Previdência, diz economista-chefe do Itaú

Presidente eleito disse na terça-feira que pretende fatar a reforma da previdência.

Por Luiz Guilherme Gerbelli
05/12/2018 12h30 - Atualizado há 2 horas



O economista-chefe do banco Itaú, Mario Mesquita, disse nesta quarta-feira (5) que a possibilidade de um crescimento mais acelerado da economia brasileira no próximo ano depende de uma aprovação rápida da reforma da Previdência. Nas últimas semanas, o banco elevou a projeção de crescimento para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2019 para 2,5%. A projeção anterior era de alta de 2%.

“A possibilidade de um crescimento mais acelerado depende de uma rápida aprovação da reforma”, disse Mesquita.



Economista-chefe do Itaú, Mario Mesquita — Foto: Fabio Tito - G1

A reforma da Previdência é considerada fundamental para o acerto das contas públicas e é vista pelos investidores como uma forma de manter a confiança na economia brasileira.

Neste ano, o banco avalia que as contas públicas devem registrar um déficit primário (receitas menos despesas, desconsiderando gastos com pagamento de juros) de 1,8% do PIB (R\$ 120 bilhões) – um resultado melhor do que a meta definida pelo governo, que é de 2,3% do PIB (R\$ 161 bilhões).

Para 2019, se a reforma da Previdência for aprovada, o déficit deve cair para 1,3% do PIB.

“A trajetória da dívida está explosiva. O Brasil pode fazer o ajuste fiscal de forma ordenada ou desordenada via inflação”, disse Mesquita.

Na terça-feira, o presidente eleito Jair Bolsonaro afirmou que deve **fatiar a reforma da Previdência** e que deve começar o debate pela idade mínima.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Edital da SPU oferece 21 imóveis no DF para permutas

Veículo: CBIC Hoje

Data: 04.12.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC-HOJE-04.12.2018.pdf>

Edital da SPU oferece 21 imóveis no DF para permutas



Foto: Sérgio Moraes/AGU

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, está oferecendo 21 imóveis em Brasília (DF) para trocar por edifícios que abrigarão as sedes da Advocacia Geral da União (AGU), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea). O objetivo da SPU é reduzir o gasto da União com aluguéis, substituindo imóveis locados por imóveis próprios. A economia anual com essas permutas será de, aproximadamente, R\$ 32,4 milhões.

O edital de chamamento nº 3 foi publicado na última quarta-feira (28), no *Diário Oficial da União*, e visa identificar interessados em permutar imóveis da União por edifícios comerciais que sirvam de sede para AGU, Ipea e Iphan. Os terrenos e apartamentos que compõem a cesta de bens oferecidos a pessoas físicas e jurídicas estão avaliados em R\$ 431,2 milhões. **O edital e seus anexos, com as informações sobre as permutas, estão disponíveis online.**

A AGU ocupa atualmente dois imóveis, um próprio e outro alugado, a um custo de R\$ 18,6 milhões anuais. O órgão precisa de um edifício com área útil mínima de 13,7 mil metros quadrados que abrigará cerca de 1,3 mil pessoas.

Já o Iphan precisa trocar o edifício comercial de 13,7 mil metros quadrados que ocupa na 713/913 Sul, cujo aluguel é de R\$ 6,6 milhões anuais, por outro edifício com área útil mínima de 13,7 mil metros quadrados, suficientes para acomodar 473 servidores.

Por fim, o Ipea – que ocupa atualmente um imóvel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Setor Bancário Sul – oferece duas projeções na Asa Sul em troca de um edifício de, no mínimo, 10 mil metros quadrados de área útil para acomodar seus 815 servidores.

Os interessados deverão se manifestar até o dia 20 de dezembro **pelo site do Ministério do Planejamento**, com arquivos de até 30 MB. É necessário informar o valor do imóvel ofertado, acompanhado de documentos constantes do edital e anexos.

A solicitação da cópia, bem como esclarecimentos adicionais, deverão ser encaminhadas ao e-mail ao **vendaspu@planejamento.gov.br** ou por escrito, à Secretaria do Patrimônio da União – Unidade Central, localizada no Bloco C – 9º andar, sala 972, Esplanada do Ministérios, Brasília-DF.

Os 13 apartamentos que constam do edital poderão ser visitados em dias úteis, das 9h às 16h. As visitas devem ser agendadas pelo e-mail acima ou pelo telefone (61) 2020-1904.

As ofertas apresentadas serão encaminhadas aos órgãos destinatários das permutas que analisarão a mais vantajosa para a Administração Pública. Os valores apresentados serão avaliados pela Caixa Econômica Federal. A autorização para alienação de imóveis da União por permuta está prevista na Lei 9.636 de 15 de maio de 1998.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Interior só tem lixões

Veículo: Acrítica

Data: 05.12.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Cidades

Página: C5



ÁLIK MENEZES
alik@acritica.com

Apesar de todos os municípios do Amazonas possuírem projetos para a implantação de aterros sanitários nessas localidades, conforme a Lei de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10), nenhum deles tem condições de bancar os custos das obras sem o aporte do Governo Federal. Enquanto as propostas não são postas em prática, essas cidades continuam mantendo lixões em péssimas condições, oferecendo risco à saúde pública e ao meio ambiente, e na contramão da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que previa a extinção dos lixões em todo o País, inicialmente, até 2014.

O maior entrave para a construção de aterros sanitários, segundo representantes de secretarias municipais de Meio Ambiente e da Associação Amazônica de Municípios (AAM), é a falta de recursos não só para implantá-los, mas também para mantê-los. "Os municípios possuem o plano, mas a gente não conseguiu alcançar os recursos. A AAM e a Confederação Nacional dos Municípios foram várias vezes ao Governo Federal, mas, infelizmente, até hoje não conseguiram esse apoio", afirmou a engenheira ambiental da AAM, Delna Brasil.

Segundo ela, o investimento para custear as obras de um aterro sanitário é superior a R\$ 2 milhões e, apesar das discus-



Segundo a AAM, todos os 61 municípios do Estado possuem projetos, mas não têm como viabilizar a construção de aterros

sões em nível nacional para viabilizar a prorrogação da implementação da PNRS nos municípios, praticamente não houve avanço. “De onde vamos tirar esse recurso para fazer a manutenção? Estamos falando em mais de R\$ 2 milhões para implementar e, depois, de mais recursos para manter (o aterro). Não temos ainda uma estimativa do preço da manutenção, mas

estamos calculando o custo mensal dessas obras”, explicou.

Em Lábrea (a 853 quilômetros de Manaus), o lixão fica na área urbana e causa transtornos a população. Um deles é a presença de urubus nos arredores do aeroporto da cidade o que faz com que, muitas vezes, ele seja fechado para evitar acidentes. “Os recursos da Prefeitura não viabilizam a constru-

ção de um aterro sanitário. O prefeito tem essa intenção e boa vontade, mas é um investimento muito alto. Inclusive fomos notificados com relação a esse problema. O governo estadual pediu esclarecimento e nós respondemos temos o projeto (do aterro), mas enquanto não tiver recursos para as prefeituras, não vai ser possível colocá-lo em prática”, pontuou.

“

Os municípios amazonenses possuem o plano, mas a gente não conseguiu alcançar os recursos”

Delna Brasil
Eng. Ambiental da AAM

Lei federal proíbe uso de lixões

A Lei nº 12.305 (Lei de Resíduos Sólidos), de 3 de agosto de 2010, que começou a vigorar em 2014, proíbe todas as cidades do País de usarem lixões a céu aberto e multa o gestor que desobedecer a regulamentação, além de cortar benefícios federais para os municípios que não se adequarem. No mês passado, o MPF ajuizou uma ação contra o município de Careiro Castanho por manter o depósito de resíduos no lixão da cidade.

Maués até tem projeto para aterro

A secretária de Meio Ambiente de Maués, Jane Crespo, disse que é um grande desafio, mas o município está investindo em medidas alternativas como a implantação de um aterro fora da cidade e, posteriormente, a criação do aterro sanitário. “Por mais que a gente faça remediações no lixão, ele não opera como deve ser. Por isso, estamos trabalhando em um projeto para termos um aterro controlado”, informou. Um terreno já foi localizado pela prefeitura. “Uma das grandes dificuldades é a questão fundiária. As localidades não podem ser sensíveis, precisam ser longe de córregos e nascentes, mas essa questão já resolvemos”, complementou.

Conforme a secretária, a previsão é do local ficar pronto em até dois anos, com investimento da ordem de R\$ 800 mil a R\$ 1 milhão, com recursos próprios do município e financiamentos.

R\$ 2 milhões

É o recurso que cada município necessita para implementar aterros sanitários. Além disso, as prefeituras também dependem de mais recursos para garantir a manutenção dos mesmos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Palestra da ONU aborda prevenção da violência contra mulheres na construção civil

Veículo: CBIC Hoje

Data: 04.12.18

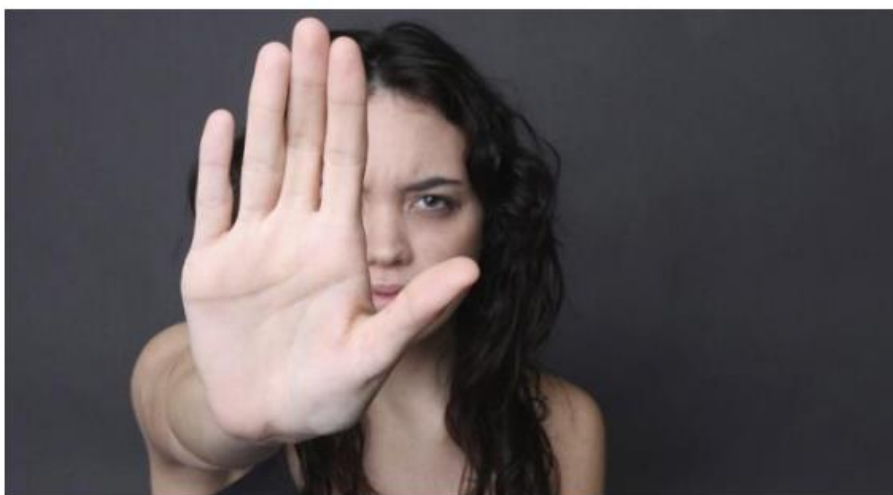
Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC-HOJE-04.12.2018.pdf>

Palestra da ONU aborda prevenção da violência contra mulheres na construção civil



O escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (Unops), em parceria com o Serviço Social da Indústria da Construção Civil (Seconci-DF) e o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF), promovem, nesta sexta-feira, 7 de dezembro, a palestra "Construindo igualdade: Pelo fim da violência contra as mulheres".

O evento faz parte da campanha "16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra Mulheres" e tem por objetivo informar profissionais da área da construção civil, como técnicos de segurança, funcionários de RH, engenheiros e arquitetos, sobre o tema violência contra as mulheres, a fim de que estes profissionais se tornem multiplicadores do tema dentro do setor.

De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Previdência Social, em 2016, as mulheres representavam 10% da força de trabalho na construção civil. Apesar do crescimento do número nos últimos anos, ainda é um setor majoritariamente masculino. Considerando que os homens têm papel fundamental como parceiros dos direitos das mulheres, o apoio deste setor é de grande importância para a igualdade entre homens e mulheres e para o enfrentamento da violência contra elas. No Distrito Federal, o número de mulheres na construção civil chega a 12% do mercado de trabalho.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas por meio do site do Sinduscon-DF. Participe!

Palestra Construindo igualdade: Pelo fim da violência contra as mulheres

7 de dezembro (sexta-feira)

Às 10h

No Auditório do Sinduscon-DF (SIA Trecho 2/3 Lote 1.125 - 3º andar)

Inscrições gratuitas no site do Sinduscon-DF



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: TJAM e Prefeitura de Manaus firmam acordo para facilitar negociação de dívida

Veículo: D24AM

Data: 05.12.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <http://d24am.com/economia/tjam-e-prefeitura-de-manaus-firmam-acordo-para-facilitar-negociacao-de-divida/>

ECONOMIA

Publicado em 5 de dezembro de 2018 às 06:00

TJAM e Prefeitura de Manaus firmam acordo para facilitar negociação de dívida

Acordo beneficiará o contribuinte com a possibilidade de negociação de dívidas municipais cujos valores sejam iguais ou inferiores a 100 UFMs (aproximadamente R\$ 10 mil)

Da redação / redacao@diarioam.com.br



Manaus – O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) e a Prefeitura Municipal de Manaus firmaram um acordo de cooperação técnica que beneficiará o contribuinte com a possibilidade de negociação de dívidas municipais cujos valores sejam iguais ou inferiores a 100 UFMs (aproximadamente 10 mil reais). O termo de cooperação, que enfatiza a adoção de formas alternativas de cobrança, foi assinado pelo presidente da Corte Estadual de Justiça, desembargador Yedo Simões e pelo procurador-geral do Município, Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira.



Parceria vai evitar o judiciamento das cobranças inferiores a R\$ 100 mil (Foto: Sandro Pereira/RDC)

O acordo de cooperação (nº 022/2018-TJAM) foi viabilizado para beneficiar o contribuinte municipal permitindo a este a renegociação de suas dívidas antes que elas sejam judicializadas e foi projetado considerando que meios extrajudiciais de recuperação de ativos constituem uma medida importante para a redução do volume de execuções fiscais.

A medida também levou em consideração que o uso indiscriminado da via judicial para a cobrança da dívida ativa dispersa a força de trabalho das unidades judiciais e que a racionalização do processo de cobrança pode favorecer a arrecadação municipal e consequentemente impulsionar os investimentos públicos em prol da sociedade.

De acordo com o procurador-geral do Município (PGM), Rafael Albuquerque, a partir deste acordo, a Prefeitura reforçará os meios alternativos de cobrança e só judicializará, em regra, dívidas que forem superiores a 100 UFMs (aproximadamente R\$ 10 mil). Rafael Albuquerque explicou que as dívidas inferiores a 100 UFMs serão negociadas no âmbito da Prefeitura ou ainda no âmbito do Centro Judiciário de Soluções e Conflitos (Cejus/Divida Ativa).

“A novidade maior, além do novo valor mínimo para ajuizamento, é a conjugação de esforços para a efetiva implementação de meios alternativos de cobrança. A ideia é a de que débitos inferiores a R\$ 10 mil fiquem sujeitos exclusivamente a estes mecanismos extrajudiciais de cobrança. E aqueles superiores a este valor, mesmo antes do ajuizamento, serão submetidos a uma fase pré-processual no âmbito do Cejus – Divida Ativa, tornando-se propriamente um processo judicial apenas”, frisou o procurador do município.

As medidas previstas no acordo, de acordo com Rafael Albuquerque, entrarão em vigor após sanção de Lei Municipal que está em tramitação na Câmara Municipal de Manaus.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Relator preserva vantagens

Veículo: Acrítica

Data: 05.12.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Geral

Página: A9

REFORMA

Relator preserva vantagens

Luiz Carlos Haully acolhe sugestão de deputado amazonense e mantém crédito tributário diferenciado para a ZFM. Texto será votado hoje.

ANTÔNIO PAULO

antoniopaulo@acritica.com

O relator da Reforma Tributária, Luiz Carlos Haully, acolheu emenda que preserva vantagens competitivas da Zona Franca de Manaus. O texto, com a sugestão pró-Zona Franca proposta pelo deputado federal Pauderney Avelino (DEM-AM), será votado hoje pela Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara (PEC 293/04).

A notícia afasta o temor de empresários e trabalhadores do Polo Industrial de Manaus de que o modelo de incentivos fiscais do Amazonas ficasse de fora do novo projeto do sistema tributário nacional.

O artigo 15 da PEC 293/04 garante à Zona Franca de Manaus, com suas características de área livre de comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, tratamento tributário diferenciado, pelo prazo estabelecido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Os incentivos fiscais da ZFM estão prorrogados até 2073.

O mesmo artigo, em seu parágrafo único, afirma que as pessoas jurídicas que realizem operações com bens e serviços na Zona Franca de Manaus, inclusive os destinados ao consumo interno, industrialização em qualquer grau, beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza, bem

como a estocagem para reexportação, gozarão de crédito presumido do imposto sobre operações com bens e serviços fixado de forma a manter o diferencial de competitividade conferido pela legislação dos tributos por ela extintos às operações de que trata o referido artigo.

"Essa emenda trata da única exceção que está sendo feita no parecer do deputado Luiz Carlos Haully à Zona Franca de Manaus. Ela mantém o crédito tributário que é o espírito do nosso modelo; quem vender para fora do Amazonas será creditado na operação e o que for remetido para a ZFM também terá o seu crédito. A emenda, portanto, pretende garantir o tratamento tributário diferenciado atualmente concedido às empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, de forma a manter a neutralidade tributária, dada a aglutinação de diversos tributos no Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), explica Pauderney Avelino.

CAUTELA

Para o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletrós), José Jorge do Nascimento Júnior, é preciso cautela nessas mudanças "porque o Amazonas é o único estado da federação que tem a garantia da Constituição Federal para concessão de incentivos fiscais de ICMS. Toda mudança deve respeitar esse ponto", observa José Jorge

Arquivo / AC



A emenda pretende garantir o tratamento tributário diferenciado atualmente concedido às empresas instaladas no PIM

Mudanças previstas para a reforma

O relator da reforma tributária, Luís Carlos Hauly diz que seu parecer busca simplificar o atual sistema, permitindo a unificação de tributos sobre o consumo e, ao mesmo tempo, reduzindo o impacto sobre os mais pobres. Além disso, pretende aumentar gradativamente os impostos sobre a renda e sobre o patrimônio e melhorar a eficácia da arrecadação, com menos burocracia. A proposta

extingue sete tributos federais (IPI, PIS, Pasep, Cofins, Cide, salário-educação e IOF), o ICMS estadual e o ISS municipal. No lugar deles, serão criados um imposto sobre o valor agregado de competência estadual, chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), e um imposto sobre bens e serviços específicos (Imposto Seletivo), de competência federal. O IBS segue o que existe em países industria-

lizados. Como será de competência estadual, mas com uma única legislação federal, o deputado propõe que a arrecadação seja feita de forma integrada entre fiscos estaduais e municipais. A mudança para o novo sistema se dará de forma gradativa ao longo de seis anos. As alíquotas dos tributos atuais seriam reduzidas anualmente em 20% enquanto os novos tributos subiriam na mesma proporção.

Blog

“ **Alísio Barbosa**

CONSELHO DE RECURSOS
FISCAIS DA SEFAZ-AM ”

**A proposta do
deputado Luiz**

**Carlos Haully busca a
simplificação**

do sistema de tributação, o fim da guerra fiscal e uma tributação mais justa, por meio do princípio de tributação no destino. Em relação a esses aspectos, é positiva para o país e para o Amazonas. “No entanto, é necessário que se faça as devidas ressalvas em relação ao tratamento tributário das indústrias instaladas e que vierem a se instalar na Zona Franca de Manaus, assegurando suas vantagens comparativas. Essa preocupação já foi sinalizada pelo relator quando estabeleceu um dispositivo específico relativo à ZFM, todavia, será necessário analisar se atende adequadamente o objetivo do Decreto-Lei N° 288/67 e do Art.40 do ADCT da Constituição Federal. É relevante que seja mantido o tratamento tributário nas operações relativas às mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus, nela produzida ou dela provenientes

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Venda de imóveis novos cresceu 12,16% em setembro

Veículo: CBIC Hoje

Data: 04.12.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC-HOJE-04.12.2018.pdf>

Venda de imóveis novos cresceu 12,16% em setembro



No último mês de setembro, foram vendidas 212 unidades novas em Porto Alegre, o que significa um acréscimo de 12,16% em relação a agosto, quando foram negociadas 189 unidades. Já em comparação com setembro de 2017, quando foram comercializadas 226 unidades, registrou-se uma queda de 6,19%, conforme resultados da Pesquisa do Mercado Imobiliário realizada mensalmente pelo Departamento de Economia e Estatística do Sinduscon-RS. Em termos acumulados nos últimos 12 meses (out/2017 a set/2018) foram negociadas 2.956 unidades numa redução de 11,18% na comparação com os 12 meses anteriores, quando foram vendidas 3.328 unidades.


Os apartamentos de dois dormitórios mantêm a liderança, participando com 49,53 do total das vendas de setembro, seguidos pelos de três dormitórios, com 24,53% e salas e conjuntos com 14,15%. No acumulado de 12 meses (out/2017 a set/2018), os apartamentos de dois dormitórios participaram com 46,65% das vendas, os de três dormitórios com 25,88% e salas e conjuntos com 13,53%.

A pesquisa apontou, ainda, que das unidades comercializadas em setembro 16,04% estão na planta, 59,43% em obra e 24,53% concluídas.

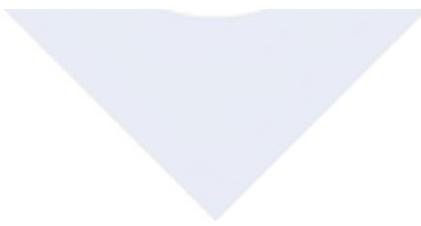
A velocidade de vendas ficou em 4,86% em setembro último contra 4,25% em agosto. Em setembro de 2017 foi de 5,52% e, nos últimos 12 meses encontra-se em 5,78% (6,79% no mesmo período anterior).

Em setembro houve o lançamento de 231 unidades. Nos últimos 12 meses (out/2017 a set/2018) o acumulado de lançamentos é de 2.740 unidades, ou seja, um incremento de 9,08% se comparado com o mesmo período anterior quando foram lançadas 2.512 unidades.

Os bairros que apresentaram maior volume de vendas em setembro foram: Jardim Lindóia (43 unidades), Praia de Belas (22 unidades) e Humaitá (17 unidades).



Por fim, o estoque atual de imóveis está em 4.436 unidades distribuídas em 168 empreendimentos. Do estoque atual, 21,87% estão na planta, 47,09% em obra e 31,04% concluídos.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Preço do imóvel cai na América Latina

Veículo: DCI

Data: 03.12.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Residencial

Página: Online

Link: <https://www.dci.com.br/servicos/preco-do-imovel-cai-na-america-latina-1.763354>

RESIDENCIAL



Preço do imóvel cai na América Latina

Valor do metro quadrado encolheu 3,1% puxado por forte queda em locais como Rio de Janeiro, (-21%) e São Paulo (-19%), e Cidade do México (-5,4%).

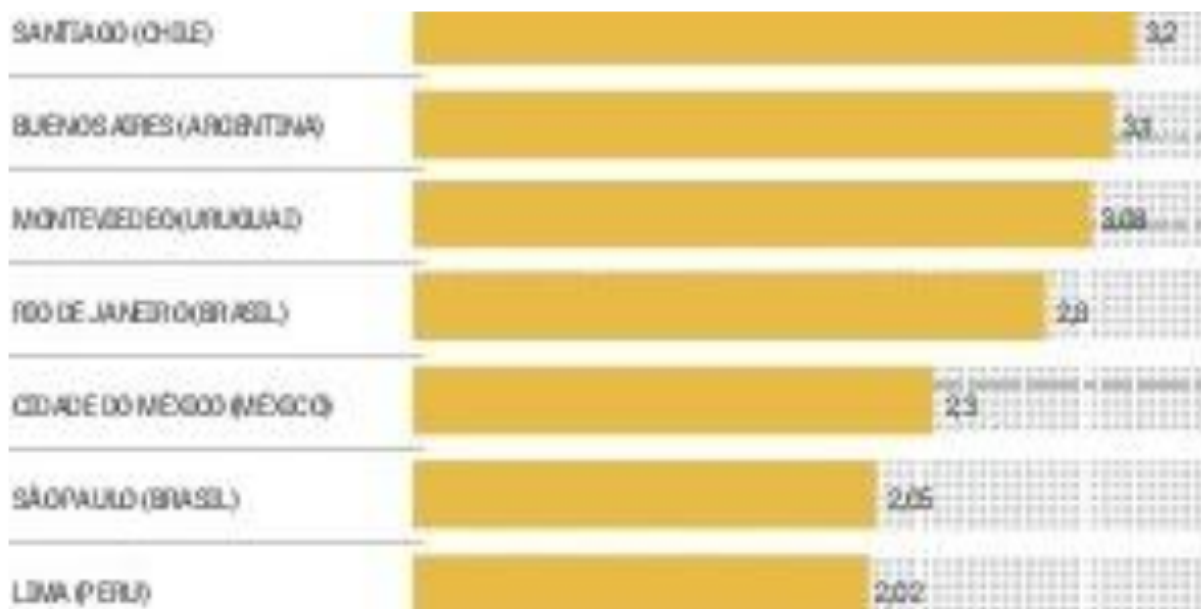


FOTO:

PAULA CRISTINA - SÃO PAULO

Publicado em 05/12/18 às 05:00

O preço médio cobrado em imóveis na América Latina apresentou recuo entre março e setembro deste ano, ante ao mesmo período do ano passado. A queda foi puxada pela desvalorização em mercados como Brasil e Argentina, que perderam o posto de metro quadrado mais caro da região para Santiago, no Chile.

Os dados fazem parte de um levantamento do grupo argentino Navent, que controla o Imovelweb no Brasil, e levou em conta dados coletados do Centro de Investigação em Finanças (CIF) da Escola de Negócios da Universidade Torcuato Di Tella, também na Argentina.

De acordo com o CEO do Imovelweb, Leonardo Paz, o destaque negativo do estudo foi o mercado imobiliário brasileiro. "A desvalorização acentuada do real frente ao dólar, observada nos últimos meses, além das incertezas políticas e econômicas que assolaram o País em 2018, impactaram nos preços praticados pelo setor imobiliário nacional", comenta.

O executivo explica que a pesquisa realizada entre os meses de setembro de 2017 e fevereiro de 2018, apontam que o Rio de Janeiro puxou o indicador para baixo. "E esse movimento pode ser identificado claramente no estudo. As maiores quedas de preços aconteceram no Brasil, uma média de 20%, se considerarmos os valores dos nossos imóveis em dólar", diz.

Na contrapartida, Paz lembra que considerando a referência "dólares nominais", as cidades que apresentaram maior aumento percentual de preços foram: Cidade do Panamá, no Panamá, (5%); Monterrey, no México, (3%) e Montevideú, no Uruguai, (2,7%). Por outro lado, as maiores quedas foram registradas no Brasil, no Rio de Janeiro (21%) e em São Paulo (19%), além do México, na Cidade do México (5,4%).

A amostragem foi feita em bairros com características semelhantes nas diferentes cidades listadas, considerando apartamentos de 1 ou 2 dormitórios, preços para venda de até US\$ 300 mil e metragem inferior a 200 metros quadrados. A base considera anúncios em sete portais em seis países.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Investimento em imóveis é atrativo para investidor prudente

Veículo: EXAME

Data: 05.12.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Comunicação Corporativa

Página: Online

Link: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/investimento-em-imoveis-e-atrativo-para-investidor-prudente/>

COMUNICAÇÃO CORPORATIVA

Investimento em imóveis é atrativo para investidor prudente

Por **Dino**

© 5 dez 2018, 12h17



Se por um lado investimentos no mercado imobiliário costumam não ter altos rendimentos como os feitos na Bolsa de Valores, por outro os riscos são menores. Isso chama a atenção de um investidor prudente e com expectativas de resultados a médio prazo.

Para atingir um bom rendimento, Amaury Fonseca Junior, sócio-fundador da Vision Brazil Investments, afirma que o ideal é que o investidor consiga diversificar os investimentos e apostar em imóveis na sua carteira de ativos para proteger o bolso.

“Em qualquer atividade financeira e investimento no mercado há algum tipo de risco inerente, mas os riscos no mercado imobiliário são menores uma vez que têm base em ativos reais, o que significa dizer que reagem aos abalos do mercado de forma mais vagarosa do que as ações em Bolsa de Valores”, diz.

Prova disso é que o início de recuperação econômica em 2017 se refletiu no mercado imobiliário – que fechou o ano passado com resultados positivos e continuou a se propagar nos resultados dos primeiros meses em 2018. Apesar disso, as vendas de imóveis residenciais novos cresceram 22,3% no primeiro trimestre – desempenho ainda insuficiente para estimular as construtoras a lançarem novos empreendimentos.

Segundo o Banco Mundial, o crédito imobiliário representa 3% do PIB brasileiro. Nos Estados Unidos, tal crédito corresponde a 70% do PIB do país e na Espanha, 46%. “Isso mostra o quanto o Brasil ainda é pouco desenvolvido”, afirma Fabio Greco, sócio-fundador da Vision Brazil Investments.

Por isso, diz Greco, o faturamento nessa área no mercado nacional não é tão rentável e alto quanto no mercado americano, mas o risco de criar uma bolha e vir a estourar, como ocorreu em 2008 nos EUA, também é muito menor, tornando os investimentos no nosso país mais seguros. “É preciso retomar a confiança nos investimentos no país para que, naturalmente, o crédito ao brasileiro volte a crescer e, assim, fazer o mercado imobiliário crescer por consequência”, ressalta.

Mais notícias

CBIC Hoje

[NEWSLETTER 04/12/2018 / EDIÇÃO 6190](#)

EXAME

[Melhora na confiança no Brasil faz setor imobiliário apostar em momento de inflexão](#)

AEC web

[Crédito imobiliário em outubro é o segundo maior volume do ano](#)

